


BENEFICÊNCIA E INSTRUÇÃO: AÇÕES CATÓLICAS NA HISTÓRIA DÁ EDUCAÇÃO NA CAPITAL DO IMPÉRIO (1880-1930)


BENEFICENCE AND INSTRUCTION: CATHOLIC ACTIONS IN THE HISTORY OF EDUCATION IN THE CAPITAL OF EMPIRE (1880-1930)

BENEFICENCIA E INSTRUCCIÓN: ACCIONES CATÓLICAS EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN LA CAPITAL DEL IMPERIO (1880-1930)


Rosemarry da Silva Gomes Barbosa*

 <https://orcid.org/0000-0003-3336-7776>

Cíntia Borges de Almeida**

 <https://orcid.org/0000-0001-8084-9888>

Aline de Moraes Limeira***

 <http://orcid.org/0000-0002-5964-6661>

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapécó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: BARBOSA, R. S. G.; ALMEIDA, C. B.; LIMEIRA, A. M. Beneficência e instrução: ações católicas na história da educação na capital do império (1880-1930). Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-20, 2020.

DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.4309>

Resumo: Este trabalho tem como finalidade apresentar a história de instituições educativas, escolares e assistencialistas mantidas pela Igreja Católica da Candelária (1634), a partir da década de 1880. São o Asilo para Infância desvalida e o Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade que, posteriormente, em 1939, se tornam Educandários (existentes até os dias atuais). Apresentam-se como possibilidade de recorte temporal as décadas de 1880 e 1930. Para esta tarefa foram analisados os acervos sob guarda da própria Igreja da Candelária e da Irmandade, como livros, ofícios, manuscritos, legislações e estatutos. Como operação metodológica, ainda, se propõe um diálogo com a historiografia da educação e os estudos e pesquisas recentes em circulação. Entre as considerações alcançadas, foi possível refletir acerca das relações estabelecidas entre Estado e Sociedade Civil (Igreja Católica) em torno das práticas assistencialistas, educativas e religiosas direcionadas às “infâncias” em idade escolar.

Palavras-chave: Igreja Católica. Estado. Escola. História da Educação.

Abstract: This work aims to present the history of educational, school and care institutions maintained by the Catholic Church of Candelaria (1634), from the 1880s. These institutions are the helpless Asylum for Childhood and the Recollection of Our Lady of Mercy, who later became in 1939 Educarians to the present day. In the proposal in question, they are presented as a possibility of temporal cut the decades of 1880 and 1930. For this task, the documentary collections under the custody of the Church of the Candelaria and of the

Brotherhood, such as books, offices, manuscripts, laws and statutes. As a methodological operation, we also propose a dialogue with the historiography of education and recent studies and research in circulation. Among the considerations reached, it was possible to reflect on the relations established between the State and Civil Society (Catholic Church) around the assistencialist, educational and religious practices directed to the “childhood” of school age.

Keywords: Catholic church. State. School. History of Education.

Resumen: Este trabajo tiene como finalidad presentar la historia de instituciones educativas, escolares y assistencialistas mantenidas por la Iglesia Católica de la Candelaria (1634), a partir de la década de 1880. Son el Asilo para Infancia desvalida y la Recogida de Nuestra Señora de la Piedad que, posteriormente, en 1939, se vuelven Educandarios (existentes hasta los días actuales). Se presentan como posibilidad de recorte temporal las décadas de 1880 y 1930. Para esta tarea se analizaron los acervos bajo custodia de la propia Iglesia de la Candelaria y de la Hermandad, como libros, oficios, manuscritos, legislaciones y estatutos. Como operación metodológica, aún, se propone un diálogo con la historiografía de la educación y los estudios e investigaciones recientes en circulación. Entre las consideraciones alcanzadas, fue posible reflexionar acerca de las relaciones establecidas entre Estado y Sociedad civil (Iglesia Católica) en torno a las prácticas assistencialistas, educativas y religiosas dirigidas a las “infancias” en edad escolar.

Palabras clave: Iglesia Católica. Estado. Escuela. Historia de la Educación.

1 Introdução

Para que fosse possível a dispersão da instrução no Brasil do Oitocentos, um território amplo e heterogêneo, o Estado Imperial procurou ter como aliada forças privadas e sociedade civil (associações, sociedades, agremiações, instituições religiosas, etc). Neste sentido, os estudos sobre a História da Educação consideram que a escola, como se conhece hoje, tem a marca de diversos segmentos sociais interessados em instruir a população. Havia (e há) várias formas de organização escolar e práticas educativas, formais ou informais, configuradas por estabelecimentos públicos, religiosos, militares, particulares e de sociedades (GONDRA, SCHUELER, 2008).

O século XIX representa um cenário muito complexo e frutífero para se pesquisar políticas, experiências e ações educacionais, fossem elas provenientes do Estado ou ainda de outras instituições e agências que também colaboraram com o projeto civilizatório proposto. A instituição escolar foi tramada e legitimada pelo poder público e, ainda, pela sociedade como o espaço privilegiado, talvez, o mais assertivo para se implementar as medidas educacionais adequadas e condizentes ao projeto de nação que se intentava formar.

Na visão dos legisladores do século XIX, para que os conhecimentos elementares do ensino primário fossem difundidos, seria imprescindível, em primeiro lugar, a decretação da sua obrigatoriedade para menores, entre 7 e 14 anos. Isso foi feito na capital brasileira, pelo “Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte” de 1854 (ratificado posteriormente em 1879, pela Reforma Leôncio de Carvalho). O preceito legal, que obrigava os pais ou outros responsáveis a cuidarem da instrução primária dos menores, sob pena de multa, dificilmente poderia ser executado de forma ampla. Os próprios legisladores observavam que não havia quantidade suficiente de escolas na Corte Imperial para facilitar a frequência das crianças, principalmente nas localidades mais distantes das áreas urbanas.

Desta feita, o Estado imperial defendeu a proposta de associar a ação privada (religiosa ou laica) à política de Instrução Pública, baseado no princípio da liberdade de ensino (LIMEIRA; ALMEIDA, 2013). Suas iniciativas (através do Ministério do Império) e as da sociedade (através das ações de particulares) constituíram e reforçaram um conjunto de ações que se complementavam. Um dos instrumentos resultantes da associação entre as políticas públicas e as iniciativas particulares da instrução, foram os processos de subvenção. A partir deles, era o Estado quem garantia financeiramente o atendimento de meninos e meninas pobres nos colégios particulares, asilos, sociedades

* Pedagoga licenciada pela Faculdade Fernanda Bicchieri (FABEL). E-mail: rosemarry_sg@hotmail.com

** Professora Doutora do Departamento de Ciências da educação e do Programa de Pós-Graduação da UESC. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação (GRUPPHED/UESC). E-mail: cintiaborgesalmeida@yahoo.com.br

*** Professora Doutora do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-graduação em Educação Proped/UERJ. Integrante do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE/UERJ). E-mail: alinedemoraislimeira@gmail.com

filantrópicas ou recolhimentos, mediante o pagamento de suas mensalidades ou concessão de espaços, doação de materiais, livros, compêndios, vestuário, etc. Isso permite compreender, inclusive, que não foi apenas no âmbito dos poderes públicos que a instrução foi discutida, planejada e ofertada.

De maneira geral, as pesquisas sinalizam e observam as características históricas do processo de expansão da malha de ensino pública e privada na capital do Império Brasileiro, mormente em suas décadas finais, destacando o papel de instituições, associações e demais representantes da Sociedade (LIMEIRA; NASCIMENTO, 2013; PASCHE, 2014). Partindo desses pressupostos, considera-se a Igreja Católica uma das inúmeras e principais forças que desempenharam papel significativo junto aos poderes públicos em prol da escolarização social e da assistência de crianças pobres na Corte Imperial. É de suma relevância chamar atenção para sua presença em diferentes momentos da História da Educação no Brasil.

Ao entender melhor a heterogeneidade das forças educativas que atuaram no campo da educação, a instituição Católica se destaca, considerando, sobretudo, que durante todo o período monárquico, a mesma ocupou o lugar de religião oficial do Estado. Como já é sabido, pela união legal entre Estado e Igreja, a doutrina católica estava definida como religião oficial e, ao Imperador, foi concedido o poder de criar e prover o preenchimento dos cargos eclesiásticos mais importantes. O governo pagava salários aos sacerdotes, tratados como funcionários públicos, visto que seus serviços religiosos (como batizado, casamento, catequese e enterramento) constituíam-se ações públicas realizadas pelo Estado Imperial voltadas para todo o conjunto da população¹ – cidadãos ativos (nascido no Brasil ou estrangeiro naturalizado, livre ou liberto, proprietários, eleitores, elegíveis), inativos (nascido no Brasil ou estrangeiro naturalizado, livre ou liberto, não proprietários, ineleíveis) e não cidadãos (escravos, estrangeiro).²

No século XIX, o Estado Imperial e a Igreja Católica disputavam e, concomitantemente, compartilhavam o dever de educar nos preceitos da religião oficial do país e o direito de escolarizar a população livre e vacinada nos processos formais, como nas escolas. A instrução forja-se como um dos direitos fundamentais de garantia individual dos cidadãos brasileiros, estabelecido pela Constituição de 1824, e um dever do Estado. Na lei não havia interdição de caráter étnico (negro, branco, mulato, mestiço), cultural, econômico ou social (rico, pobre) para o ingresso dos alunos e alunas nas escolas públicas ou particulares, ainda que as condições de acesso não se davam da mesma forma a todos grupos citados. A Reforma de 1854 (Regulamento da

1 Assim, na definição das suas funções, e ainda no jogo de ajustes entre Igreja e Estado, é importante destacar o entendimento da religião católica em relação ao pobre como objeto de caridade e não de justiça. Este fato fez desenvolver-se, como assinala José Oscar toda uma mística e todo um sistema de assistência e promoção dos pobres como uma atividade assistencial, reservada pelo Estado para a Igreja através de seus vários organismos. O Estado, neste jogo, assumia a obrigação de contribuir com auxílios especiais. A assistência aos “desamparados da sorte” toma um incremento especial pelas atividades dos lazaristas e irmãs de caridade. A Igreja, além de se ocupar com a evangelização e catequese da população, inclui entre seus objetivos a proteção dos pobres desamparados no que diz respeito ao abrigo e a saúde. E a historiografia sinaliza que esse contingente não era inexpressivo. Neste período, a preocupação com esta classe torna-se objeto de interesse, também, das demais ordens consideradas neste estudo, como se pode ver nos estudos de Alves (2003), Gondra (2004), Garcia (2005). A Igreja administrava casa de expostos para crianças abandonadas, recolhimento de órfãos, recolhimentos de crianças pobres, asilos de mendigos, asilos de mulheres desvalidas, hospícios de alienados, hospitais de “lázaros”, consultórios e anexos aos hospitais para o atendimento de doentes pobres, e, sobretudo as santas casas de misericórdias continuavam desenvolvendo o papel mais importante no atendimento aos pobres. Conferir também Gondra e Garcia (2004), Souza (2004), Arruda (2011) e Rizzini (2004).

2 O direito de cidadania no Império do Brasil, desde a Constituição de 1824, foi estabelecido em bases censitárias, e dividiu os cidadãos (pessoas nascidas no Brasil e estrangeiros naturalizados), de acordo com suas rendas, em três categorias: cidadãos que não podiam votar e nem se candidatar, porque não tinham a renda mínima exigida para isso; cidadãos que apenas podiam votar (porque ganhavam o mínimo exigido) e cidadãos que podiam votar e se candidatar. Os “ingênuos” (nascidos no Brasil), de acordo com os requisitos de renda, podiam galgar as três posições na hierarquia na cidadania brasileira, mas os libertos (com exceção dos africanos) podiam ser apenas, votantes. Ou seja, os ex-escravos sofriam restrições políticas. E os filhos de africanos nascidos no Brasil (escravos “crioulos”), poderiam chegar a ser “forros”, e com isso, ingressar na base da pirâmide da cidadania do império do Brasil. Os indivíduos livres, porém, destituídos do outro atributo fundamental para o pleno exercício da cidadania naquela sociedade (a propriedade), eram considerados cidadãos não ativos nos limites dos direitos civis e tinham negada a participação política. Conferir CARVALHO; CAMPOS (2011); CARVALHO (2006); MATOS (2004).

Instrução Primária e Secundária da Corte Imperial) apropriou-se do estatuto jurídico-político (livre ou ingênuo, libertado ou forro, escravo ou cativo) declarado na Constituição do Império e negou aos escravos o acesso à instrução pública e particular, assim como às crianças com doenças contagiosas, e as não vacinadas.

Deste modo, entende-se que pensar o processo de escolarização na sociedade brasileira do século XIX impõe adentrar nos espaços de atuação da Igreja Católica, seja na formação, seleção, atuação ou fiscalização docente, oferta de ensino primário, gestão de cargos públicos no ensino. O exercício de profissões educacionais por religiosos e religiosas era comum, os mesmos ocupavam cargos como inspetor, conselheiro ou delegado da instrução, reitor, professor, diretor de colégio, autor de livro escolar. Inclusive nas comissões examinadoras dos concursos públicos para o magistério, assim como nas exigências prévias (a obrigatoriedade de atestados de boa conduta moral e religiosa dos candidatos; a doutrina cristã se organizava como saberes específicos das provas realizadas pelos professores) se via a presença da igreja (PASCHE, 2014).

Com a República, uma das principais críticas ao governo seria sobre as mudanças relacionadas ao casamento civil, bem como a difusão das escolas com o ensino laico. Essa transformação implicava, diretamente, na função social da Igreja, de modo que a mesma passava a ter seu poder de influência limitado, sendo o núcleo familiar e os espaços educativos, campos de atuação onde a instituição mais desejava controlar, a partir interferência intelectual, social e cultural dos jovens das famílias de elite (BEOZZO, 1986).

A República marcará um momento histórico no qual, em termos legais e políticos, a Igreja Católica deixará de representar a religião oficial do Estado. Em contrapartida, a igreja toma esse rompimento como uma oportunidade, adotando assim, mudanças em suas dioceses, uma vez que agora possuíam autonomia em suas decisões, possibilitando ainda, alteração em seus métodos de “delineação social”. Diante de diversos artifícios programados pela igreja, um deles seria pensar a educação feminina (MANOEL, 1996).

Esse tipo de educação era uma categoria na qual havia poucos espaços de expressão e inserção ou, até mesmo, diminutas entradas de participação na sociedade se comparado às possibilidades dadas à educação masculina. Neste sentido, em diferentes esferas, à mulher se atribuía conhecimentos domésticos ou aqueles considerados menos intelectualizados (NUNES, 2008). De uma forma geral, a educação feminina estava voltada a aprendizados para cuidar de sua família e servirem aos seus maridos como mostra o autor Riolando Azzi (2008) sobre o tempo colonial. Ele nos aponta que “a esposa era considerada propriedade do

marido, vivendo inteiramente submissa ao seu domínio” (AZZI, 2008, p.38). Tal afirmativa não impossibilita dizer que, mesmo havendo as restrições indicadas, no contexto do Império e na República, foi possível localizar práticas educativas de diferentes alçadas, nas quais a infância, mocidade e a adultez feminina se fizeram presentes e ativas.

Muitas particularidades devem ser levadas em consideração, bem como, várias experiências nas quais as mulheres se inseriam em outras redes de sociabilidade e tinham oportunidade de se escolarizar e se educar (SILVA, 2018). No entanto, vale ressaltar, que a educação feminina foi negligenciada em vários momentos de nossa sociedade, sobretudo no que se refere ao ensino secundário. Na Corte Imperial, o Colégio Pedro II, única instituição secundária pública no século XIX, não permitia a entrada de meninas, apenas de meninos. Somente em 1926 o acesso de meninas à instituição foi autorizado. Contudo, “movido pelas grandes transformações da época, pela urbanização e a industrialização”, o papel da mulher na sociedade trouxe novas posturas e necessidades a serem seguidas (MANOEL, 1996), papel observado pela Igreja Católica, embora, alinhada a um conservadorismo oligárquico brasileiro.

Nessa questão nevrálgica, a instituição religiosa encontrou uma oportunidade para atuar, trazendo então, esses conhecimentos que as demandas postas pela modernidade exigiam. Com isso, foram criados diversos estabelecimentos onde mulheres e homens pudessem aprender a ler, escrever e educarem-se, nas mais complexas ramificações que essa denominação exigia de tal atenção. Configurava-se assim, uma das ações sociais exercidas pela Igreja Católica. O chamado “polimento cultural” (MANOEL, 1996) pode ser evidenciado em suas ações. Levar a instrução para uma parte da sociedade negligenciada pelo Estado, atuando como partícipe do projeto de nação tornava-se um dos papéis adentrados pela instituição religiosa aqui supracitada.

Com base nessa discussão, este artigo pretende refletir e analisar uma experiência Católica que, como se viu, não era isolada ou única, mas que compõe um cenário amplo e diverso no qual se vê marcada a presença católica na oferta da instrução na capital do país. Propõe-se pensar uma das inúmeras ações desenvolvidas pela Igreja Católica na capital a partir das instituições localizadas na freguesia da Candelária (freguesia urbana da Corte Imperial), mantidas pelas associações religiosas da Igreja Nossa Senhora da Candelária. Tratam-se da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária e a Irmandade Nossa Senhora da Piedade, ambas voltadas para a educação, instrução e amparo de crianças, meninas e meninos, pobres e desvalidos, na cidade do Rio de Janeiro durante o final do século XIX e início do século XX.

O estudo de caso por via das ações educativas da instituição em questão, alicerçado por uma análise documental a partir de uma investigação histórico-educacional, ancora-se em fontes pouco pesquisadas, principalmente, com fins educativos, explorando novas abordagens relacionadas às tipologias de fontes empregadas, o que já indica a relevância e originalidade do trabalho desenvolvido. Para tanto, a abordagem adotada pautou-se no exercício dialético, com a intenção de investigar traços de uma suposta realidade social pelo seu dinamismo e das inter-relações existentes no contexto dos anos de 1880 a 1930, considerando, da forma devida, as particularidades e as transformações do recorte proposto. Nessa direção, debruçamos sob os documentos do arquivo pessoal da “Irmandade da Candelária”.

Entre os históricos da instituição, localizamos algumas informações a respeito da Irmandade da Candelária e de sua posse à “Repartição de Caridade” (instituída em 1738) que, com base no Estatuto de 1881, inaugurou o Asilo para a Infância Desvalida. O objetivo do Asilo era fornecer sustento, educação moral e cristã, instrução primária e industrial (estabelecia ensino de matérias técnicas, de escrituração mercantil, noções de direito comercial) às crianças desamparadas. Já o Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade, mantido pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade, foi inaugurado em 1897 e, em dezembro de 1900, se transformou em Asilo da Infância.

Com décadas de funcionamento, em 1939, as instituições, que tinham como principal benfeitor Antônio Gonçalves de Araújo (comerciante, português nascido na Foz do Douro, na cidade do Porto, em Portugal), fundiram-se e se transformam no Educandário Gonçalves de Araújo, que funciona até os dias atuais.³

2 Uma igreja: Nossa Senhora da Candelária



Figura 1 – A tempestade. Painel de Zeferino da Costa:
Fonte: Revista 200 anos da Candelária, 2011.

³ As instituições com fins educacional e confessional, com seu caráter gratuito, são hoje divididas por segmentos, sendo o EGA 1 (Educandário Gonçalves de Araújo), referente ao segundo ciclo do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano em horário integral. Em cumprimento ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), passou a ser externato no ano de 2009 (CRONOLOGIA DO EGA, 2015, p.111), possuindo 113 alunos matriculados. O EGA 2, referente ao primeiro ciclo do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, também em horário integral, é composto por 249 alunos matriculados. Ambas as escolas permanecem localizadas em seu lugar de origem histórica, como foi possível localizar e apresentar no decorrer do trabalho, estando a Unidade EGA 1, no “Campo de São Cristóvão, nº 310; e, a Unidade EGA 2, na Rua Teixeira Junior, nº 158, também em São Cristóvão”.

Foi no século XVII que o casal Antônio Martins da Palma e Leonor Gonçalves, devotos de Nossa Senhora da Candelária, sofreram um grande acidente. Em alto mar, em meio a uma tempestade marítima, comprometeram-se erguer uma igreja em seu louvor, caso conseguissem se salvar. Logo a promessa foi cumprida e o local escolhido foi à cidade do Rio de Janeiro. A data precisa de sua criação não é encontrada na documentação existente na igreja e sobre a instituição. Mas, se aceita o ano de 1634 como a data mais provável, devido ao primeiro registro documental que se tem, entre as fontes.

Em 1639, seus fundadores “doam à Santa Casa da Misericórdia a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Candelária, na qual tinham em sua matriz a Irmandade do Santíssimo Sacramento” (PINHEIRO, 1930, p. 11). No entanto, esta doação trouxe muitos conflitos entre a Irmandade e a Santa Casa, envolvendo o Padre João Manoel de Melo (Pároco da mesma entre 1637 a 1665), não aceitando a Santa Casa da Misericórdia como autoridade, “que poderia impedir o exercício dos seus direitos paroquiais”, concedido em testamento por Palma e sua esposa:

(...) ambos, juntos, davam, doavam e largavam a dita igreja como dito é á dita Santa Casa da Misericórdia e renunciavam nela todo o poder e domínio que na dita igreja tinham, para que usem dela como coisa sua que é desde este dia, por virtude desta doação, renúnciação e trespasso de hoje para todo o sempre (PINHEIRO, 1930, p. 216).

Esta situação foi levada a juízo, resultando em alguns acordos. Mas, no ano de 1834, “a Santa Casa da misericórdia abriu mão total de seu direito para a Irmandade” (PINHEIRO, 1930, p. 17). Em 1710, houve uma reforma, na qual a mesma foi ampliada. Porém, a grande obra veio somente em 1775, pelo provedor Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, que, em conjunto com a Irmandade, decidiram que fosse construído um novo templo. No decorrer das obras, ainda inacabadas, a administração decidiu inaugurar a catedral em 1811 (PINHEIRO, 1930, p. 93-112-149).

A construção concluiu-se em 1898, por Dom Joaquim Arcoverde de A. Cavalcanti, Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro, tendo sido erguida em meios a prédios entremeados às ruas da Candelária, Quitanda e das antigas ruas General Câmara e S. Pedro – as duas últimas, já não existem mais, pois foram demolidas para a abertura da Avenida Presidente Vargas, entre 1942 -1944 (REVISTA 200 ANOS DA CANDELÁRIA, 2011, p. 3).



Figura 2- Imagem da Candelária em fase final de sua construção:
Fonte: Pinheiro, 1930, p. 91.

A Igreja de Nossa Senhora da Candelária, assim como outras instituições católicas existentes no Rio de Janeiro, procurava cumprir determinado papel social, religioso, assistencialista, político e social que considerava ter como obrigação. Entre inúmeras ações de caridade e assistência, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária realizava em sua Repartição de Caridade, instituída em 1738, o atendimento da população desfavorecida economicamente, com o objetivo de “socorrer os enfermos necessitados e adotar as órfãs pobres da freguesia de Nossa Senhora da Candelária” (PINHEIRO, 1930, p. 304).

Somadas às iniciativas de concessão de socorros e pensões às centenas de desvalidos e enfermos, a Irmandade também assumiu a missão de educar e instruir quando criou o Asilo para a Infância Desvalida.

Instituído pelo Estatuto de 1881, o Asilo, localizado na freguesia de São Cristóvão, tinha como objetivo fornecer sustento, educação moral e cristã, instrução primária e industrial (estabelecia ensino de matérias técnicas, de escrituração mercantil, noções de direito comercial).

No Asilo da Infância Desvalida, além das aprendizagens de ensino primário e industrial, instrução oral e cristã, eram oferecidas diversas atividades extracurriculares. Dentre elas: canto coral, música instrumental e teatro, bem como praticavam esportes. Ressalta-se também, que a alimentação, vestuário, material escolar, serviço médico e dentário eram fornecidos gratuitamente pela Irmandade (REVISTA 200 ANOS DA CANDELÁRIA, p.11).

O trabalho realizado pelo Asilo da Infância Desvalida (1881, Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária) e pelo Recolhimento das Órfãs (1897, Irmandade de Nossa Senhora da Piedade) foi, desde sempre, viabilizado por meio de doações e caridade. Uma mais significativa, entretanto, teve como autor Antônio Gonçalves de Araújo, comerciante, português nascido na Foz do Douro, na cidade do Porto, em Portugal, que acumulava uma considerável fortuna e era integrante da Irmandade da Candelária. Após sua morte, o mesmo deixou em seu testamento uma herança para ser destinada à construção ou compra de imóveis, que pudessem auxiliar a criação e permanência do asilo para crianças pobres.

Assim, registra-se que a razão de vultosa doação se justificava porque o mesmo conhecia o trabalho de acolhimento das instituições “aos menores desvalidos, que vagavam pelas ruas, vulneráveis a criminalidade e vícios” (PINHEIRO, 1930, p. 333)⁴. Neste mesmo documento, é citado o desejo de Antônio Gonçalves que essas crianças fossem cuidadas e a elas oferecidas sustento, educação, instrução primária e, principalmente, “instrução industrial” (PINHEIRO, 1930, p. 338).

A preocupação do benfeitor citado foi expressa em seu testamento (PINHEIRO, 1930, p. 332). Nele, “Antônio Gonçalves de Araújo ordenava, ainda, que com a outra parte de sua herança se investisse em bens rentáveis para a manutenção e futuros imprevistos do asilo, no decorrer do passar do tempo” (PINHEIRO, 1930, p. 333).

Em 1899, o Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão foi nomeado diretor do Asilo da Infância Desvalida que, agregando-se ao Recolhimento das Órfãs, se torna, em 30 de dezembro de 1900, duas unidades do Asilo do Benfeitor Gonçalves de Araújo, conforme o termo de quitação do dito legado (PINHEIRO, 1930, p. 477).⁵ O diretor do asilo para a Infância Desvalida era um cidadão civil vinculado aos poderes públicos. Sua relação direta com o Estado “era comprovada pelo cargo de direção da instrução municipal do Rio de Janeiro” (ALMEIDA, 2018, p.115), lugar ocupado por ele que lhe proporcionava um olhar privilegiado na escolha dos funcionários que trabalhariam na instituição religiosa.

A data da inauguração, que contou com a presença do ilustre Presidente da República, Manoel Ferraz de Campos Salles, como também, do D. Joaquim do Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, arcebispo do Rio de Janeiro, entre outras figuras políticas, permitiu que inferíssemos relevância à instituição no cenário político da educação da República que se constituía.

Iniciavam-se os trabalhos sociais e educacionais da instituição feminina em “21 de julho de 1901, com o recebi-

4 Em 1930, Francisco Baptista Marques Pinheiro, escreve um livro trazendo diferentes dados sobre a Igreja Candelária. Dentre elas, constam informações sobre a história do Asilo para a Infância Desvalida, bem como a transcrição várias fontes referentes a instituição: testamento, relatórios, estatuto, iconografia, etc.

5 Quase três décadas passadas, em 1939, a instituição transforma-se em Educandário Gonçalves de Araújo. Em 2008, a instituição passa a ser nomeada Educandário Gonçalves de Araújo (Unidade 1, que corresponde ao departamento feminino) e Educandário Gonçalves de Araújo (Unidade 2, departamento masculino). Havendo também alteração em seu regime escolar, que deixa de ser internato, com base nas novas orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente, passando a ser externato (CRONOLOGIA DO EGA, 2015, p.60-111).

mento de 31 meninas de 7 a 10 anos, que estavam acolhidas na Irmandade de N. S. da Piedade” (RELATÓRIO, 1901, p. 201).

Os números de asiladas se modificaram no decorrer dos meses seguintes, pois, algumas foram adotadas ou retiradas por algum responsável, bem como pela entrada de novas asiladas que chegaram à instituição ao longo do ano. Em fins do ano de 1901, o asilo compunha-se com 67 meninas matriculadas.

Por motivos de uma obra específica, foi feito um muro dividindo o asilo feminino do masculino (que não havia sido terminado). Nessa ocasião, a “administração achou por bem não inaugurar a seção masculina” (RELATÓRIO, 1901, p. 202). Posteriormente, inaugurou-se, enfim, “a seção masculina em 1905, que teve o recebimento de 22 meninos, com idades de 8 a 10 anos”. Ali, houve toda uma preparação para recebê-los, como sugerem os discursos presentes no Relatório redigido pelo diretor da instituição Barão de Ramiz:

Para acomodá-los convenientemente e preparar todo o material indispensável da seção foi mister fazer aquisição de colchões, travesseiros, roupas de cama, uma armação na rouparia, duas novas mesas de mármore e dois bancos para o refeitório, louça de ágata e talheres, bancos para a varanda de recreio, a mobília escolar para a sala de aula e objetos para o lavabo (RELATÓRIO DE DIREÇÃO, 1905, p. 179).

As crianças matriculadas no asilo eram filhos de integrantes e membros da igreja; crianças que tivessem pais, mas, que esses não pudessem educá-los convenientemente; filhos de servidores do Estado; crianças órfãs, ainda que de apenas um de seus responsáveis, uma vez que o outro não tivesse condições de mantê-la; e, aquelas que vivessem em extrema pobreza.

Para que o menor fosse matriculado era necessária a certidão de idade (como era chamado), certidão de óbito dos pais, atestado de pobreza, certidão de vacina e atestado que comprovasse que a criança não possuía nenhum tipo de moléstia contagiosa. Esses dados eram encaminhados ao provedor da administração. Caso fosse aprovado, seriam encaminhados ao asilo seus documentos para matrícula (REGULAMENTO DE 1885, Cap. 2, Art. 2º- 3º). Vale destacar que, apesar da ação social prestada pela igreja, havia um caráter excludente em seu processo de admissão. Aqueles e aquelas que sofriam de algum tipo de problema físico ou moral (julgados pela própria Irmandade), não podiam ser admitidos e admitidas.

Vejamos a seguir a imagem de alguns internos e internas do Asilo para a Infância Desvalida:



Figura 3 – Alunos do Asilo Benfeitor Antônio Gonçalves de Araújo. Departamento Masculino:

Fonte: Imagem cedida pelo Arquivo da Irmandade.



Figura 4 – Alunas do Asilo Benfeitor Antônio Gonçalves de Araújo. Departamento Feminino. Educandário Gonçalves de Araújo (1939). O (segundo a direita) diretor da instituição, Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1915-1923):

Fonte: Imagem cedida pelo Arquivo da Irmandade.

Observamos nas fontes o que se instaurava como prática naquele período: a divisão do ensino e das instalações para meninas e meninos que, nas fotos, aparecem vestidos uniformemente com vestes apropriadas pelo asilo.

A aprendizagem oferecida pelo Asilo é ilustrada pelo currículo, registrado no regulamento do Asilo da Infância Desvalida:

1º Instrução primária, 1º, 2º e 3º grau.

2º Álgebra elementar, Geometria e mecânica aplicada às artes.

- 3º História e corografia do Brasil.
 - 4º Física, química e suas aplicações.
 - 5º Escrituração mercantil e princípios de direito comercial.
 - 6º Música vocal e instrumental.
 - 7º Desenho e escultura.
 - 8º Ginástica
- (REGULAMENTO DE 1885, cap.3, art.10).

As disciplinas 1º e 8º eram obrigatórias para todos os asilados. As atividades chamadas de ofício para a ala masculina eram compostas dos seguintes componentes curriculares: Alfaiate, sapateiro, carpinteiro e marceneiro, Pedreiro, Torneiro, Ferreiro e serralheiro, correeiro, Tipógrafo e Taquígrafo e Encadernador (IDEM, Cap. 3, art. 10-12).

O asilo disponibilizava aos asilados estabelecimentos como museu, biblioteca, laboratórios, sala de modelos, gabinete de física e mecânica. Para a admissão de funcionários que fossem diretores, professores, mestres de artes ou ofícios, era necessário que estivessem habilitados pela Inspetoria de Instrução Pública para exercer o magistério, onde eram rigorosamente avaliados profissionalmente, bem como avaliados por seus costumes particulares.

No decorrer de diversas leituras feitas nos relatórios escritos pelo diretor dos asilos, Benjamin Ramiz Galvão, percebemos que a maioria de seus profissionais contratados fazia parte da rede de sociabilidade onde circulavam os membros da Irmandade que tinham ligações diretas com a administração, geralmente, parentes dos políticos municipais e estaduais, e ainda, pessoas consideradas da alta sociedade.

Abaixo estão algumas imagens que possibilitam visualizarmos a transformação ocorrida nas instituições com o transcorrer do século, de modo a destacar a arquitetura escolar, bem como aspectos de uma possível monumentalização escolar, característica comumente notada junto aos discursos de modernidade escolar.

O prédio escolar em questão era direcionado ao acolhimento de meninos no local. Não temos o registro da datação da imagem em nossos arquivos, podendo ser anterior a 1953, data de criação dessa escola, que teve seu encerramento em 1967, voltando a ser reaberto em 1971, até os dias atuais.



Figura 5 – Prédio escolar anteriormente à reforma que implementou o segundo EGA.
Fonte: Imagem cedida pelo Arquivo da Irmandade.



Figura 6 – Educandário Gonçalves de Araújo – EGA 1. Não temos o registro da datação da imagem em nossos arquivos:
Fonte: Imagem cedida pelo Arquivo da Irmandade.



Figura 7 – Educandário Gonçalves de Araújo – EGA 1. Atual. Não temos o registro da datação da imagem em nossos arquivos:
Fonte: Imagem cedida pelo Arquivo da Irmandade.

Conforme já explicitado, o EGA 1 trata-se do Educandário Gonçalves de Araújo, Unidade 1, que, em sua criação, era voltado ao Departamento feminino. Hoje, destina-se ao segundo ciclo do ensino fundamental. Apesar de não haver datação nas imagens, a última delas trata-se da arquitetura escolar atual.



Figura 8 – Educandário Gonçalves de Araújo – EGA 2. Não temos o registro da datação da imagem em nossos arquivos:
Fonte: Imagem cedida pelo Arquivo da Irmandade.



Figura 9 – Educandário Gonçalves de Araújo – EGA 2:
Fonte: Imagem cedida pelo Arquivo da Irmandade. Ano 2000.

As figuras 8 e 9 representam o EGA 2. Trata-se do Educandário Gonçalves de Araújo, Unidade 2, antigo Departamento masculino. Hoje, é destinado ao funcionamento do primeiro ciclo do ensino fundamental. Apesar de não haver datação na figura 8, a última dela trata-se da arquitetura escolar atual, ano 2000.

3 Benjamin Franklin Ramiz Galvão: um intelectual frente à administração do asilo para a infância desvalida

Nascido em Rio Pardo, estado do Rio Grande do Sul, mas, era conhecido como o Barão de Ramiz⁶. Seu lugar de prestígio pode ser notado pelos cargos ocupados pelo mesmo em cenários e espaços históricos diferentes. Ainda no Império, foi preceptor dos filhos da princesa Isabel, tendo uma formação ampla e bastante significativa. Era médico, professor, filólogo, biógrafo, tendo ocupado o cargo de primeiro Reitor da Universidade Federal do Brasil (UFRJ). Por suas amizades e por sua rede de sociabilidade, tendo sido amigo de Dom Pedro II, exerceu cargos honrosos a serviço do amigo, sendo grande orador em tempos do Império e da República, devido a sua grande capacidade intelectual e formação acadêmica e cultural (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016).

Em 1899, foi convidado pelo provedor da Irmandade da Candelária para ocupar o cargo de diretor do Asilo Benfeitor Antônio Gonçalves de Araújo. Após o seu aceite, o asilo de crianças desvalidas levaria o seu nome (PINHEIRO, 1930, p. 334). Ali, “ele passou a morar e escreveu sua obra Teatro Educativo destinado às crianças” (REVISTA 200 ANOS DA CANDELÁRIA, 2011, p.12).

Exerceu sua função na instituição de 1899 a 1931, deixando o cargo e a instituição devida sua idade avançada, para se aposentar. Foi de suma importância para a Irmandade, pois cumpriu seu papel nesta instituição, acreditando, fielmente, na educação e na educação profissional, assim como podemos observar em seu discurso durante a cerimônia de inauguração do Asilo Gonçalves de Araújo. Vejamos trechos de sua fala:

Proporciona-lhes ao lado do ensino, os benefícios da educação cristã, que forma o coração e inculca os germens das virtudes públicas e particulares, sem as quais não há organização social que perdure e progrida [...] Um sistema de educação que no mais alto grau desenvolva a vontade, a energia e a iniciativa do aluno, e tudo isto embalsamado com o perfume consolador e santo da moral religiosa, que é a base firme do edifício. A nova escola do nosso tempo não é nem pode ser mais a rotineira e

6 De acordo com Cíntia Almeida (2016), Benjamin Franklin Ramiz Galvão, o Barão de Ramiz era formado em medicina e bacharel em Letras, tendo exercido as funções de professor, filólogo, biógrafo e orador. Professor do Colégio Pedro II e da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, ocupou os cargos de diretor da Biblioteca Nacional e de diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal e de primeiro reitor da Universidade do Brasil. Fez parte da Comissão do Dicionário (1928) e Comissão de Gramática (1929). Foi sócio grande benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro honorário da Academia Nacional de Medicina. Benjamin Franklin Ramiz Galvão organizou o primeiro arrolamento de fontes no Catálogo que organizou para a Exposição de História do Brasil, em 1881, além de ter organizado o Livro do Centenário e do Dicionário histórico, geográfico e etnográfico brasileiro, publicado em comemoração ao centenário da Independência, cujo capítulo escrito por M. P. Oliveira Santos tratava da Instrução Pública, notícia histórica de 1822 a 1922 (ROSAR; CABRAL; SOUSA, 2003); ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/biografia>. Acesso em: 14 de fev.2016.

fastidiosa mestra do a b c e das quatro operações aprendidas materialmente, sob o regime do terror e na penumbra mansão de um antro falho de tudo, até de luz, de ar e de alegria, a nova escola, presidem rigorosos preceitos de psicologia e de higiene, o novo mestre é o colaborador inteligente das faculdades da criança, que se desenvolvem harmonicamente e se aprimoram pelos processos intuitivos; o novo internato, sem feições de quartel nem de convento, é uma grande casa de família, ruidosa, ativa, alegre, cheia de trabalho sim, mais cheia também de diversões e exercícios, que repousem o espírito e constitua poderoso derivativo á exuberância da atividade infantil. A nova escola é antes de tudo uma casa de educação, formar cidadãos úteis e mulheres prestimosas, cultores da honra e de todas as virtudes (RELATÓRIO DE DIREÇÃO, 1901, p.99- 103).

Barão de Ramiz, em seu discurso, leva-nos a refletir acerca do objetivo da instituição. Segundo o mesmo, em relação às suas intenções para os futuros asilados, suas expectativas inspiravam implantar o “sentimento de amor ao trabalho a sua pátria e a Deus” (RELATÓRIO DE DIREÇÃO, 1901, p.107). Nessa direção, a nova pedagogia citada pelo mesmo em seu discurso inaugural no cargo ocupado, vislumbrava uma adequação educacional aos modelos e dispositivos instaurados pelo mercado de trabalho, propostos para a sociedade moderna que se tentava instituir, mas também marcada pela religiosidade cristã.

Por mais de cem anos de história, as instituições se mantiveram muito próximas daquelas idealizadas pelo benfeitor Gonçalves de Araújo, que propôs a criação de um modelo educacional para crianças da classe popular, deixando bens e recursos financeiros para a criação e permanência do Asilo para a Infância Desvalida. Vejamos um trecho de seu testamento deixado em 1887:

[...] os restantes mil duzentos e cinquenta contos para com seus rendimentos, serem custeados as despesas da instituição”. “O emprego deste patrimônio deve ser em prédios no centro desta cidade, e na impossibilidade absoluta de ser assim constituído, o será, se as leis assim o permitirem, em obrigações nominativas de quaisquer das cinco grandes companhias de caminhos de ferro de França, ou, enfim, de modo que não possam haver eventualidades, quer no capital, quer na renda (PINHEIRO, 1930, p. 332-333).

As instituições com fins educacional e confessional, com seu caráter gratuito, são hoje divididas por segmentos,

sendo o EGA 1 (Educandário Gonçalves de Araújo), referente ao segundo ciclo do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano em horário integral. Em cumprimento ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), passou a ser externato no ano de 2009 (CRONOLOGIA DO EGA, 2015, p.111), possuindo 113 alunos matriculados.⁷

O público atendido trata-se de crianças em situação de “carência econômica ou que tenham membros da família com renda irregular, com idade entre 6 a 14 anos, tendo pais ou responsáveis que trabalhem fora, que residam em comunidades em torno de São Cristóvão” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016, p. 3). Sua administração é regida pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, com sede na Praça Pio X, s/nº e, sua secretaria localiza-se na Avenida Rio Branco, nº 57, 5º andar, sendo ela responsável pela seleção de pessoal para execução das atividades nas instituições (REGIMENTO ESCOLAR, Art. 23, p. 9).

Semelhante ao ofertado em sua criação, os alunos hoje amparados, possuem toda uma estrutura de assistência dentro das instituições, tendo acompanhamento de uma equipe técnica, com os seguintes serviços: Fonoaudiologia Educacional, Nutrição, Odontologia, Pediatria, Psicologia Educacional e Serviço Social, que prestam este apoio a Direção Pedagógica das instituições. (REGIMENTO ESCOLAR, Art. 30, p. 12).⁸

4 Considerações finais

Em virtude dos fatos mencionados, dos fragmentos das experiências educativas de uma Igreja Católica, a da Candelária – localizada numa área urbana da cidade do Rio de Janeiro, capital do país – é possível problematizar a compreensão de que a Educação brasileira foi um projeto imposto pelo Estado. O exemplo das atividades da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária e Irmandade Nossa Senhora da Piedade, com suas propostas de oferecer educação gratuita e assistência social, ainda que de forma preliminar e compreendida a partir da concepção de filantropia, são indicativos da expressiva adesão da população, da sociedade civil, em prol da educação e escolarização da sua juventude. Não só instituições religiosas, das diferentes matrizes, mas também associações, agremiações, sociedades e entidades leigas estiveram (e estão) empenhadas em fazer funcionar a maquinaria escolar como fábrica de desenvolvimento e progresso.

Diferentes iniciativas de escolarização possibilitaram ampliar o atendimento a um público cada vez mais diverso de crianças e jovens. Frisamos, também, as oportunidades dadas por estas iniciativas a diferentes crianças, de

7 O EGA 2, referente ao primeiro ciclo do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, também em horário integral, é composto por 249 alunos matriculados. Ambas as escolas permanecem localizadas em seu lugar de origem histórica, como foi possível localizar identificar e apresentar no decorrer do trabalho, estando a Unidade EGA 1, no “Campo de São Cristóvão, nº 310; e, a Unidade EGA 2, na Rua Teixeira Júnior, nº 158, também em São Cristóvão” (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016, p. 3-35).

8 A instituição do EGA 1 é composta por atividades complementares com dever de casa e estudo, educação para a cidadania, empreendedorismo, pastoral escolar, informática (projetos interdisciplinares), projeto de leitura, pequeno escritor (redação), oficina da palavra (Ortografia), educação financeira, oficina/saúde, SIMUEGA (simulado), com atividades eletivas, tais como: Grupo Artístico (Bandas – Madeira, metais e percussão, coral, dança, teatro, ginástica rítmica), projeto cuidar, manutenção de micro, reforço escolar extra e atletismo. No EGA 2 são ofertadas atividades complementares como as já citadas, e ainda, dever de casa e estudo, educação para a cidadania. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016, p. 9). Em sua base curricular ensinam-se as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física, Ciência, Matemática, Geometria, História, Geografia, Inglês, Química e Física. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016, p.36).

contextos sociais distintos, principalmente, com o foco nas classes populares, tirando-as da realidade pouco desprovida de direitos sociais e bem materiais. Com as devidas ressalvas, o acolhimento por essas e outras instituições privadas, possibilitou uma nova oportunidade de vida a vários desses sujeitos, suprindo assim, o que o Estado, em seu lugar e papel, deveria oferecer.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Ramiz Galvão (Barão de Ramiz Galvão)**: biografia. Rio de Janeiro, [2016]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/biografia>>. Acesso em: 14 fev. 2016.

ALMEIDA, Cíntia Borges de. **O imparcial como espaço educativo**: a obrigatoriedade do ensino tecida por Rui Barbosa (1912-1919). In: Congresso Iberoamericano Historia De La Educación Latinoamericana, 2016. Colômbia. **Atas...** Colômbia, 2016.

ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um país de poucas lettras?** Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922). Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida, SP: Santuário, 2008.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Diretor). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1986.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **I-A Construção da Ordem. A elite política Imperial. II- Teatro das sombras. A política Imperial**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

EDUCANDÁRIO GONÇALVES DE ARAÚJO. **Projeto político pedagógico**: documento interno. Rio de Janeiro, 2016.

EDUCANDÁRIO GONÇALVES DE ARAÚJO. **Regimento escolar**: documento interno. Rio de Janeiro, 2015.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. **Relatórios de direção**: 1900, 1901, 1902, 1904. Rio de Janeiro: ISSSC, 1905.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO CANDELÁRIA. **Igreja de Nossa Senhora da Candelária 200 anos**: 1811-2011. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2011.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. **Cronologia do Educandário Gonçalves de Araújo**. Rio de Janeiro, 2015.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. **Regulamento do Asylo da Infância Desvalida da Candelária**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1885.

LIMEIRA, Aline de Moraes; ALMEIDA, Cíntia Borges de. Contra o “abysmo da ignorância” o “baptismo da instrução”! Liberdade de ensino e obrigatoriedade nos séculos XIX e XX. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, p. 90-106, 2013.

LIMEIRA, Aline de Moraes; NASCIMENTO, Fátima. Entre o altar e o trono: iniciativas de escolarização na capital imperial. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 167-198, set./dez. 2012.

LIMEIRA, Aline de Moraes. História da Educação: a publicidade como fonte do centenário Collegio Imaculada Conceição. **Roteiro**, v. 38, n.1, jan/jun, 2013, p. 61-78.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX. In.: **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 11, n. 3 [27], 2011.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. São Paulo: UNESP, 1996.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

NUNES, Maria J. Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja. **Estado, Igreja Católica e a educação feminina**: o papel estratégico da Escola Doméstica no Território Federal do Amapá (1951-1964). In: Simpósio De História, 28., 2015, Florianópolis. Atas... Florianópolis: Simpósio de História, 2015.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira. **Entre o Trono e o Altar**: Sujeitos, Saberes e Instituições escolares na Capital do Império (1860-1880). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, UERJ, 2014.

PINHEIRO, F. B. Marques. **Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária e suas repartições, Coro, Caridade e Hospital dos Lázarus**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, v.2, 1930.

SILVA, Marcelo Gomes da. **“Operários do pensamento”**: trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens e mulheres no Rio de Janeiro (1900-1937). 2018. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

Enviado em: 13-03-2018

Aceito em: 26-10-2020

Publicado em: 30-10-2020